

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 12, de 28 de setembro de 2015
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A 2014 A AGOSTO DE 2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.954.416.950,64	5.036.478,61
Pessoal Ativo	3.856.071.179,61	3.800.600,63
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.874.389.575,82	718.911,58
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	223.956.195,21	516.966,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	722.705.198,17	982.703,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.592.856,58	4.765,57
Decorrentes de Decisão Judicial	239.375.951,48	618.135,36
Despesas de Exercícios Anteriores	46.405.415,66	257.032,81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	430.330.974,45	102.770,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.231.711.752,47	4.053.774,78
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		5.235.765.527,25
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		11.758.277.269,52
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		44,53%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		5.761.555.862,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		5.473.478.068,96
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%		5.185.400.275,86
FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG em 23/09/2015 09:16		

Notas Explicativas:

- 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:
- | Descrição | Despesa Liquidada (Em R\$) |
|---|----------------------------|
| AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174) | 3.060.198,71 |
| INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274) | 94.363,19 |
| AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278) | 2.189.799,47 |
| TOTAL | 5.344.361,37 |
- 3 - Em observância ao princípio da prevalência da essência sobre a forma, na linha "Pessoal Ativo" está sendo computado o valor de R\$ **186.244,50** referente a contabilizações indevidas realizadas no SIGEFES pelo FES, na Natureza de Despesa 319007-4542. Tal valor não corresponde a adiantamento concedido à PREVES, mas sim a pagamento de contribuição previdenciária, devendo, portanto, compor a despesa total com pessoal.
- 4 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- 5 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" está sendo computado o montante de R\$ **1.372.104.726,93** (registrado na Natureza de Despesa 319113-3647) referente a Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária (liquidada) pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.
- 6 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" está sendo computado o montante de R\$ 41.100,35 registrado na natureza de despesa 319092-3494 (Despesas de Exercícios Anteriores: Outras Despesas Variáveis Pessoal Ativo RPPS) pelo Fundo Financeiro (UG 600210).
- 7 - Nas linhas "Outras despesas decorrentes de contratos de terceirização (1º do art. 18 da LRF)" e "Despesas de Exercícios Anteriores" está sendo computado o montante de R\$ 872.974,08 registrado na natureza de despesa 339092-4580.
- 8 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF); orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" estão compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado -Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	430.330.974,45	102.770,09
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-3647)	1.372.104.726,93	26.620,86
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	71.953.874,44	589.520,63
Total	1.874.389.575,82	718.911,58

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado -Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.171.845.360,70	102.770,09
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 8)	369.409.659,32	0,00
(-) Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.372.104.726,93	0,00
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	430.330.974,45	102.770,09

- 9 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 6 edição, pag 508, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, nesse demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado -Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)	369.093.565,37	0,00
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	35.574.472,47	0,00
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	38.503.122,02	0,00
Ação 0028 - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	216.218.938,78	0,00
Ação 0029 - Cartórios não Oficializados do TJES	10.980.231,84	0,00
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	67.816.800,26	0,00
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)	316.093,95	0,00
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	156.408,10	0,00
Ação 0028 - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	159.685,85	0,00
Total	369.409.659,32	0,00

- 10 - No último quadrimestre de 2014 foi apresentado o montante de R\$ **6.210.983,05** referente à coluna INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. Até o segundo quadrimestre de 2015, foi cancelado R\$ **1.174.504,44** deste montante, conforme abaixo detalhado:

Natureza	Descrição da Conta	Valor Cancelado
319001	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	184,71
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	215,63
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	1.038.985,98
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	23.031,83
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.855,86
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	804,32
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	62.426,11
TOTAL		1.174.504,44

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 12, de 28 de setembro de 2015
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")					R\$ 1,00
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.062.992.062,56	6.242.987.984,40	6.717.260.969,18	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	
Dívida Contratual	5.792.841.476,83	5.939.971.829,57	6.198.814.034,27	-	
Interna	5.073.833.659,88	5.142.155.944,67	5.239.957.377,61	-	
Externa	719.007.816,95	797.815.884,90	958.856.656,66	-	
Prestatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	90.926.187,62	96.840.781,84	161.916.922,56	-	
Outras Dívidas	179.224.398,11	206.175.372,99	356.530.012,35	-	
DEDUÇÕES (II)	2.880.619.360,28	3.289.958.457,56	3.426.831.015,95	-	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.247.538.928,16	2.502.732.747,06	2.535.568.567,22	-	
Demais Haveres Financeiros	873.703.935,25	879.158.667,52	961.488.468,32	-	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Prestatórios)	240.623.503,13	91.932.957,02	70.226.019,59	-	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.182.372.702,28	2.953.029.526,84	3.290.429.953,23	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.798.288.649,28	11.756.086.711,32	11.758.277.269,52	-	
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	51,39%	53,10%	57,13%	-	0,00%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	26,97%	25,12%	27,98%	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%	23.596.577.298,56	23.512.173.422,64	23.516.554.539,04	-	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	21.236.919.568,70	21.160.956.080,38	21.164.899.085,14	-	

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.792.841.476,83	5.939.971.829,57	6.198.814.034,27	-	
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-	
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	397.164.914,45	389.345.596,95	381.456.779,26	-	
De Tributos	2.490.260,42	2.266.102,22	2.041.944,02	-	
De Contribuições Sociais	394.674.654,03	387.079.494,73	379.414.835,24	-	
Previdenciárias	2.141.241,42	2.075.855,38	1.940.969,14	-	
PIS/PASEP	392.533.412,61	385.003.639,35	377.473.866,10	-	
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-	
Do FGTS	-	-	-	-	
Com Instituição não Financeira	-	-	-	-	
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	5.395.676.562,38	5.550.626.232,62	5.817.357.255,01	-	
<i>Internas</i>	4.676.668.745,43	4.752.810.347,72	4.858.500.598,35	-	
Caixa Econômica Federal - CEF	425.766.552,08	417.926.570,12	410.250.519,37	-	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2.099.718.558,15	2.170.039.520,31	2.268.539.534,27	-	
União	1.980.461.699,79	2.002.741.478,88	2.027.434.988,53	-	
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	170.721.935,41	162.102.778,41	152.275.556,18	-	
<i>Externas</i>	719.007.816,95	797.815.884,90	958.856.656,66	-	
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	498.409.609,80	553.156.290,89	666.295.225,67	-	
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	220.598.207,15	244.659.594,01	292.561.430,99	-	
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-	

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	97.640.690,18	53.282.565,58	28.648.960,77	-	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-	
DEPÓSITOS	414.336.832,35	526.220.648,73	650.607.887,88	-	
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	276.176.946,93	104.746.594,19	70.574.799,08	-	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-	

<u>RÉGIME PREVIDENCIÁRIO</u>					
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	952.430.729,09	951.396.725,11	950.108.129,81	-	
Passivo Atuarial	892.019.610,42	892.019.610,42	892.019.610,42	-	
Demais Dívidas	60.411.118,67	59.377.114,69	58.088.519,39	-	
DEDUÇÕES (X)	1.431.485.463,38	1.629.571.247,35	1.791.374.310,93	-	
Disponibilidade de Caixa Bruta	647.428,22	24.413,47	7.989,41	-	
Investimentos	1.429.703.114,15	1.576.203.533,84	1.728.400.606,57	-	
Demais Haveres Financeiros	1.303.965,32	53.488.093,23	63.072.341,32	-	
(-) Restos a Pagar Processados	169.044,31	144.793,19	106.626,37	-	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	6.892.848,78	30.221.176,00	32.653.483,67	-	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(479.054.734,29)	(678.174.522,24)	(841.266.181,12)	-	

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECON em 23/09/2015 16:51

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público.

2 - Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.

3 - Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo).

4 - O valor da "Dívida Consolidada - DC (I)" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" diverge do constante no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º quadrimestre de 2014 em R\$ 51.590,40 devido ao computo da conta contábil 213110200 - Fornecedores Nacionais de Exercícios Anteriores (atributo de Superávit Financeiro = P) no presente demonstrativo.

5 - Em virtude do Princípio da Prudência, para cálculo dos "Demais Haveres Financeiros", não estão sendo considerados os montantes de R\$ 79.704.885,19 (Saldo do Exercício Anterior), R\$ 177.849.350,14 (Até o 1º Quadrimestre de 2015) e R\$ 254.785.991,50 (Até o 2º Quadrimestre de 2015), registrados na conta contábil 113110700 (Adiantamentos de Prestatórios), por se referirem a valores que foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado para pagamentos de precatórios na forma da EC 62/2009. Tais valores ainda não foram informados pelo TJES como efetivamente pagos aos credores e com a devida identificação do processo de precatório, se anterior ou posterior a 05/05/2000, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Parecer Técnico GECON/SEFAZ 001/2011.

6 - Na linha "Demais Haveres Financeiros" da Dívida Fiscal Líquida, não estão sendo considerados os montantes de R\$ 183.777,17 (Em 30/Jun/2015) e R\$ 230.577,50 (Em 31/Ago/2015) registrados na conta contábil 113515000 - Parcelamento da Dívida Ativa, em virtude de tais valores encontrarem-se bloqueados (não disponíveis para o Estado) enquanto não forem reconhecidos como receita orçamentária.

7 - Na linha "(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Prestatórios), os valores estão apurados por meio da metodologia: Contas contábeis 6321 - Restos a Pagar Processados a Pagar + 63131 - Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar (-) Consignatários oriundos do SIAFEM = (21881018 + 21881019 + 213111000 - 218810199).

8 - Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 6ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.

9 - Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.

10 - Em atendimento ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª edição, na linha "Investimentos", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária estão registrados os valores das contas contábeis 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo do RPPS e 121300000 - Investimentos e Aplicações a Longo Prazo do RPPS.

11 - Na linha "Demais Dívidas" na coluna "Saldo do Exercício Anterior", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária, não esta sendo considerado o valor de R\$ 15.059,52 registrado nas conta contábil 211431210 - Parcelamento - PASEP, devido tal valor estar registrado na linha "Restos a Pagar Processados", por ter sido liquidado e não pago no exercício de 2014.

12 - Na coluna "Até o 2º Quadrimestre" - linha "Outras Dívidas", da Dívida Fiscal Líquida, está sendo considerado o valor de R\$ 1.845,00 registrado na conta contábil 218910301 - Hospitais da Rede Credenciada do Exercício, devido a tal valor referir-se a passivo reconhecido sem suporte orçamentário que foram classificados com o atributo de superávit Financeiro do tipo "F" de forma indevida pela UG 440901 por meio de parte da Nota Patrimonial 2015NP0894 (R\$ 1.845,00).

13 - Em observância ao princípio contábil da Prudência e também em virtude do Estado encontrar-se sob o regime especial de pagamentos de precatórios instituído pela EC nº 62/2009 - o qual vincula 2% da Receita Corrente Líquida para o pagamento dos precatórios - todos os precatórios posteriores a 05/05/2000 estão sendo considerados na composição da Dívida Consolidada e demonstrados na linha "Prestatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 12, de 28 de setembro de 2015
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015			R\$
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
INTERNAS (II)	20.594.984,50	20.664.986,26	20.748.581,88	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	20.594.984,50	20.664.986,26	20.748.581,88	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	20.594.984,50	20.664.986,26	20.748.581,88	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.798.288.649,28	11.756.086.711,32	11.758.277.269,52	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,17%	0,18%	0,18%	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.595.623.502,84	2.586.339.076,49	2.586.820.999,29	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.336.061.152,56	2.327.705.168,84	2.328.138.899,36	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:					

FONTE: SIAFEM - SEFAZ/GECO/GEPOF em 23/09/2015 17:00

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- As linhas "Outras Garantias nos Termos da LRF" que compõem este demonstrativo, incluem garantias concedidas por meio de Fundos;

2 - Na elaboração deste demonstrativo não estão sendo considerados os valores a seguir como Contragarantia Recebida, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo). São eles:

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2014	Posição - Agosto de 2015
711110102 - Fiança	42.591.372,05	41.320.305,11
711110105 - Seguros	108.535.372,80	103.514.524,59
711110108 - Títulos Públicos	127.450,15	127.450,15
711110199 - Outras Garantias Recebidas no País	32.307,88	61.135,17

3 - O demonstrativo não considera o valor de R\$ 27.615,52 constante na conta contábil 712110110 - Contra Garantias - Parcerias Públicos Privadas (PPP), em virtude das parcerias público privadas serem regulamentadas por Lei específica (Lei Federal nº 11.079/2004) e não haver, até a presente data, definição no âmbito do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) a respeito da inclusão das garantias pertinentes a PPP no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo IV da Ordem de Serviço SUBSET nº 12, de 28 de setembro de 2015
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	126.497.408,23	215.640.700,06
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	126.497.408,23	215.640.700,06
Interna	115.988.408,23	205.131.700,06
Abertura de Crédito	115.988.408,23	205.131.700,06
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	10.509.000,00	10.509.000,00
Abertura de Crédito	10.509.000,00	10.509.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	2.667.530,46	2.667.530,46
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	2.667.530,46	2.667.530,46
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito não Sujeitas ao Limite	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.758.277.269,52	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	215.640.700,06	1,83%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.881.324.363,12	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.693.191.926,81	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	823.079.408,87	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	218.308.230,52	1,86%

FONTE: SIGEFES SEFAZ/GECOG/GEPOF em 11/09/2015 11:49

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Na linha "Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial" está registrado o montante dos ingressos ocorridos até o 2º quadrimestre de 2015 referentes à Operação de Crédito BID-PROFAZ.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
 Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
 Secretária de Estado da Fazenda

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº 12, de 28 de setembro de 2015
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.235.765.527,25	44,53%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.761.555.862,06	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.473.478.068,96	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3.290.429.953,23	27,98%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.516.554.539,04	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	20.748.581,88	0,18%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.586.820.999,29	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	215.640.700,06	1,83%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.881.324.363,12	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	823.079.408,87	7,00%

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG em 23/09/2015 17:00

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER

Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado